



A academia perante a diplomacia no Brasil: o uso dos conceitos de América Latina e de América do Sul de 1985 a 2015

Academy and diplomacy in Brazil: the use of the concepts of Latin America and South America from 1985 to 2015.

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2016v13.n3.p126](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2016v13.n3.p126)

Felipe Ferreira de Oliveira Rocha¹

Recebido em: 04 de abril de 2016
Aprovado em: 22 de julho de 2016

RESUMO

De que forma a academia brasileira especializada em relações internacionais utilizou os conceitos de América Latina e de América do Sul nos artigos publicados em periódicos nacionais de 1985 a 2015? Haveria uma diferença média significativa entre o período anterior e posterior ao ano 2000? Para abordar essas questões, esse artigo faz uso de ferramentas metodológicas fornecidas pela Análise de Conteúdo e pela estatística para entender melhor a forma com a qual os estudiosos da área lidaram com os interesses conceituais da diplomacia brasileira – tanto em sua versão presidencial, quanto tradicional. Para tanto, analisaram-se mil e cinquenta e cinco publicações provenientes de dois periódicos nacionais de alto impacto na disciplina de relações internacionais do Brasil. Assim, os resultados obtidos apontam que, embora o conceito de América do Sul tenha ganhado um maior espaço, é ainda o conceito de América Latina que é mais utilizado pelos pesquisadores.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. América do Sul. América Latina. Análise de Conteúdo. Inferência Estatística.

ABSTRACT

How Brazilian academy – specialized in international relations – used the concepts of Latin America and South America in articles published in national journals from 1985 to 2015? Is it feasible to affirm that there is a significant mean difference between the period before and after the year 2000? To address these issues, this paper makes use of methodological tools provided by Content Analysis and statistics values to understand how scholars have dealt with conceptual interests of Brazilian diplomacy - both presidential and traditional versions. Therefore, we analyzed a thousand and fifty-five publications from two national high-impact journals in the discipline of international relations in Brazil. Thus, the results indicate that although the concept of South America has gained a larger space, is still the concept of Latin America that is most used by researchers.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. South America. Latin America. Content Analysis. Statistical Inference.

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES (Demanda Social). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rocha.felipeferreira@gmail.com orcid.org/0000-0002-9978-5703

Cumpra assinalar que a validação do conceito de América do Sul deve se dar em um contexto mais amplo, também nos discursos acadêmico, jornalístico e outros. O foco no recorte sul-americano da identidade brasileira não deve ficar restrito à retórica diplomática (SANTOS, 2014, p.195).

Introdução

A partir dos anos 2000, a diplomacia brasileira, tanto em sua vertente presidencial, quanto profissional, ampliou significativamente o interesse de conformar a América do Sul em um tabuleiro político para a inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, ações materiais vieram acompanhadas de um reforço sistemático na retórica diplomática, com o intuito de estabelecer o conceito de América do Sul como enunciado expressivo da política externa brasileira (PEB). Desse modo, o intuito desse artigo é inferir se esse interesse diplomático na América do Sul exerceu algum tipo de impacto nas publicações dos acadêmicos. Ou seja, é razoável afirmar que a dimensão sul-americana ganhou saliência e maior espaço nos textos acadêmicos? É possível dizer que a academia validou o lugar da América do Sul nos seus textos? Enfim, pode-se afirmar que o ganho de importância que a diplomacia deu ao conceito sul-americano também se associou a um ganho de importância na academia?

Naturalmente, essas são perguntas que não podem ser inteiramente respondidas em um artigo. Não obstante, uma parte importante do caminho que leva a resposta de algumas delas depende de uma pesquisa que explore a trajetória desse fenômeno. Esse é, portanto, o principal objetivo desse artigo. Ele se originou durante a leitura do trabalho produzido para o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco que foi defendido, em 2005, pelo diplomata Luís Cláudio Villafañe G. Santos (2014), publicado e grandemente difundido pela

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Desse modo, após ler a supramencionada citação, restou uma indagação: Como os acadêmicos que publicaram nos dois maiores periódicos brasileiros de relações internacionais, a saber, a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) e a Contexto Internacional (CI) utilizaram os conceitos de América do Sul e de América Latina em seus textos?

Para operacionalizar e responder parte dessa indagação optou-se por desenhar uma pesquisa cujo problema se centrava em comparar os usos conceituais antes e depois do ano 2000. Assim, se a literatura entende que a partir do ano 2000 o conceito de América do Sul foi repetitivamente pronunciado pela diplomacia, é plausível pressupor que a partir desse ano a média de menções a esse conceito tenha um aumento significativo nas publicações acadêmicas, caso a diplomacia exerça alguma influência na academia.

Para tratar disso, foi preciso partir de dois pressupostos que sustentaram o desenho dessa pesquisa. O primeiro entende que houve sul-americanização da política externa brasileira e um interesse por parte da diplomacia em fixar o conceito de América do Sul como relevante para além do seu significado geográfico. O segundo pressuposto trata da relação entre a quantidade de vezes em que um termo é repetido e o interesse que o emissor tem sobre ele. O primeiro pressuposto será discutido na seção dedicada a fazer uma revisão teórica do tema. O segundo na seção dedicada à metodologia.

Por ser um tema pouco estudado, essa pesquisa possui uma natureza exploratória. Ou seja, ela busca, através de evidências empíricas, explicar como se deu a trajetória temporal do uso dos conceitos e verificar se os anos em que a diplomacia brasileira – tanto a vertente presidencial, quanto a profissional – estimularam projetos políticos para a América do Sul coincidem com altos valores nas menções dos estudiosos. Entretanto, esse estudo não busca estabelecer

relação de causa e efeito, não estabelece causalidade. O principal objetivo é fornecer terreno empírico para possíveis pesquisas posteriores.

Dessa forma, esse artigo busca verificar se o conceito de América do Sul se consolidou na academia brasileira em detrimento do conceito de América Latina. Para tanto, utilizam-se dados provenientes dos textos submetidos à RBPI e a CI – por serem de alto impacto na área, vide Qualis A – entre 1985 e 2015. Esse recorte cobre todas as publicações disponibilizadas via internet dos periódicos. O total de documentos analisados foi de mil e cinquenta e cinco publicações (1.055). O processo de análise dos dados foi feito por meio de técnicas como Análise de Conteúdo e instrumentos estatísticos.

Por fim, o texto está dividido em três partes, para além dessa introdução e das futuras considerações finais. A primeira aborda a metodologia. Mostra, então, a fonte de dados, os pressupostos, a operacionalização e as técnicas utilizadas. A segunda parte aborda os temas sobre o interesse dos diplomatas brasileiros em utilizar os conceitos de América Latina e de América do Sul e, também, introduz algumas tendências e explicações sobre a relação entre a academia e a diplomacia no Brasil. E, por último, a terceira parte traz os resultados e os discute a luz do que já foi trabalhado anteriormente no artigo.

Metodologia

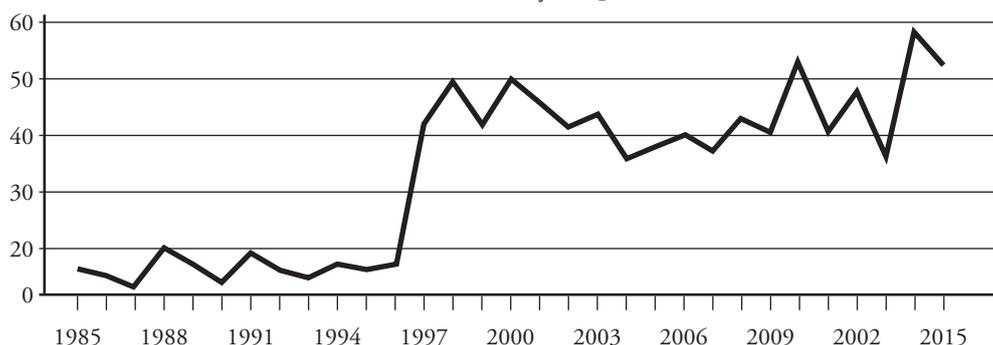
Com o intuito de assegurar a transparência e a confiabilidade científicas – e deixar margem para possíveis trabalhos de replicação – essa seção descreve os pressupostos, a fonte de dados e as técnicas utilizadas para construir os resultados desse artigo. Além disso, o seu banco de dados estará disponibilizado em repositório virtual.

Primeiramente, é importante entender que a operacionalização do desenho de pesquisa desse ar-

tigo está sustentada em um pressuposto. Para boa parte dos pesquisadores que utilizam a Análise de Conteúdo como técnica de pesquisa, existe uma relação diretamente proporcional entre às vezes em que determinada palavra ou expressão é mencionada e o interesse que o emissor tem nela (LASSWELL, 1949; NEUENDORF, 2002; KRIPPENDORFF, 2004; VILELA; NEIVA, 2011). Ou seja, é um pressuposto básico dessa pesquisa que a frequência de vezes em que termos relacionados à América Latina ou à América do Sul foram mencionados tem associação com o interesse do emissor em fixar esses termos como relevantes ao seu discurso, nesse caso, as publicações analisadas. É esse pressuposto que sustenta o fato de se fazer uma análise quantitativa das palavras e, por meio de técnicas adequadas, fazer inferências sobre o tema. De tal modo, os textos servem como evidências empíricas. Mas quais textos?

A fonte de dados provém das publicações disponibilizadas entre 1985 e 2015 de duas das maiores revistas de relações internacionais no Brasil: A RBPI e a CI. O critério de seleção delas passou pelo fato de exercer alto impacto na disciplina, vide os conceitos A no Qualis 2014. Ademais, elas disponibilizam as publicações, de forma aberta e gratuita, na rede virtual e permitem que o recorte temporal abranja os anos de 1985 até 2015. Nesse sentido, a RBPI disponibiliza publicações a partir de 1997 e a CI possui números disponíveis a partir de 1985. Cabe salientar que muitas publicações de anos anteriores aos 2000 estavam em formato imagético. Ou seja, não permitia seleção textual e, conseqüentemente, inviabilizava as buscas pela frequência das palavras. Esse obstáculo foi vencido através de conversores OCR. Tais conversores transformam as imagens em textos selecionáveis. Dessa forma, foi possibilitado pesquisar as frequências de todas as publicações disponibilizadas. Segue abaixo um gráfico que mostra a quantidade de publicações coletadas em seu respectivo ano.

Gráfico 1. Publicações por ano



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, percebe-se que há anos que contém muitas e anos que contém poucas publicações. Nesse sentido, é preciso destacar os valores da média, do desvio padrão e os valores mínimos e máximos dessa distribuição. Aproximadamente, a média de publicações por ano é de 34. O desvio padrão é de 15,2. Isso significa que existe uma relativa heterogeneidade na dispersão dos valores em relação à média. Exemplo disso é que o valor mínimo é 13, enquanto que o máximo é 60. Ainda que haja essa alta variação, ela não impacta de forma sistemática nos resultados por dois motivos. O primeiro é que os dados a serem testados não são dessa distribuição, mas dos resultados da Análise de Conteúdo. Segundo que os números trabalhados não são absolutos, mas a média dos valores.

Desse modo, a partir desses dados e através da técnica de Análise de Conteúdo, os termos relacionados à América Latina e à América do Sul foram procurados. A Análise de Conteúdo se trata de uma técnica quantitativa que fornece processos rigorosos e robustos para formular inferências a partir de palavras (NEUENDORF, 2002). Nesse sentido, dentre esses processos, utiliza-se nesse artigo a busca de expressões contidas em um determinado dicionário a partir de um software (*QDA Miner Lite*) que fornece resultados numéricos da frequência de vezes que aqueles termos foram utilizados. Assim, o dicionário criado envolveu a busca pelas expressões

América do Sul, sul-american*, América Latina e latino-american*. Além do português, essas expressões foram buscadas em inglês, espanhol e francês. O asterisco em algumas palavras significa que também foram contabilizados os termos em sua flexão de gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural).

A partir dos resultados fornecidos pela busca das expressões do dicionário, outras ferramentas puderam ser articuladas para inferir como os acadêmicos que publicaram nos dois periódicos nacionais abordados utilizaram os conceitos de América Latina e de América do Sul. Assim, serão utilizadas estatísticas descritivas para facilitar o conhecimento da distribuição que se possui. Nesse caso, a média e o desvio padrão se destacam. Ademais, gráficos são utilizados para mostrar o comportamento da série temporal. Dessa forma, gráficos de linha mostram a evolução temporal dos usos conceituais e gráficos de dispersão mostram a distância visual entre os valores para saber como uma variável afeta outra. Cabe mencionar que esses gráficos foram feitos através do pacote *R Commander* que faz parte da plataforma de código aberto R.

Ademais, será utilizada a correlação para saber, mais claramente, como os conceitos se associam. Tal técnica mensura como a mudança em um valor está associada à mudança em outro valor (DANCEY; REIDY, 2013). Assim, se existe uma forte re-

lação entre o aumento de um conceito e o aumento do valor do uso de outro conceito, o coeficiente de correlação será positivo e tendendo para 1. Se a relação for negativa e mais próxima de um do que de zero, significa que existe uma forte relação entre o aumento de um conceito e a diminuição de outro. Se o valor for mais próximo de zero, signifique não existe qualquer tipo de associação (BECKER, 2015). Por fim, cabe salientar que os dados trabalhados são dados de população. Portanto, não é necessário utilizar o p valor para saber a probabilidade do resultado dos testes serem parâmetros próximos do comportamento da população. Ainda assim, optou-se por reportar tais probabilidades.

O interesse nos conceitos e a relação diplomacia-academia

Esta seção tem como objetivo introduzir os principais tópicos teóricos sobre o tema em que esse artigo se vincula. Para isso, optou-se por dividir essa seção em duas partes. A primeira discute a questão do interesse em utilizar os conceitos de América Latina e de América do Sul por parte da diplomacia brasileira entre 1985 e 2015. A segunda parte, por sua vez, discute a relação entre a diplomacia e a academia no contexto brasileiro.

O interesse da diplomacia nos conceitos de América Latina e de América do Sul (1985-2015)

Academicamente, existe uma série de estudos que se dedica a pesquisar sobre o tema da identidade internacional do Brasil (LAFER, 2004; SANTOS, 2005; 2014; COUTO, 2006; 2007; GALVÃO, 2009; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014). Esses estudos identificaram a presença de continuidades e mudanças no interesse da diplomacia brasileira em justificar suas ações e inações em termos de determinados discursos identitários.

No tocante a questão das continuidades, Celso Lafer reuniu as discussões da escola francesa sobre as forças profundas que influenciam o comportamento de determinado ente estatal em sua inserção externa com a questão da identidade internacional. Assim, para o autor, no caso do Brasil, as especificidades em relação à geografia, à história, à língua, à cultura, ao desenvolvimento, à relação com os vizinhos da América do Sul, à proximidade menor com os conflitos no sistema anárquico são fatores que determinaram o fato de haver um grau considerável de continuidade na identidade internacional brasileira (LAFER, 2004). Assim, em razão de forças profundas cujos movimentos tendem a estabilidade, o padrão identitário do Brasil não se altera a cada ano ou a cada mudança governamental. Ou seja, segundo Lafer, a regra é a continuidade dos padrões identitários que, por sua vez, envolvem, também, a continuidade dos discursos e das retóricas conceituais que transmitem, verbalmente, tais padrões.

Por outro lado, outros pesquisadores se dedicaram a estudar as mudanças na continuidade. Dessa forma, eles identificaram a possibilidade de encontrar momentos históricos de mudanças identitárias a ponto de periodizar quatro facetas do discurso brasileiro identitário, a europeia, a americana, a latino-americana e a sul-americana (SANTOS, 2005; 2014; COUTO, 2006; 2007; GALVÃO, 2009; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014). Assim, um dos resultados importantes dessas pesquisas é o fato de identificarem que os discursos de identidade internacional do Brasil foram modificados historicamente e manipulados a fim de sustentarem as diversas formas de inserção internacional do país. Dessas quatro facetas, interessa, nesse artigo, o entendimento da literatura em relação às fases latino-americana e à sul-americana, já que coincidem com o período temporal aqui pesquisado.

No tocante ao interesse da diplomacia brasileira para o conceito de América do Sul e os im-

pactos no de América Latina, é possível recortar os anos estudados em dois períodos: 1985-1999 e 2000-2015. O primeiro período é marcado pelo intenso processo de redemocratização do Brasil, pelo fortalecimento do conceito de América Latina e pelas ações no âmbito do Cone Sul. Sobre esse âmbito, o destaque se encontra na trajetória que levou a aproximação entre Brasil e Argentina – com as assinaturas da declaração de Iguazu (1985), da Ata de Integração Brasileiro-Argentina (1986), do tratado de integração, cooperação e desenvolvimento entre Brasil e Argentina (1988), da Ata de Buenos Aires (1990) – que culminou na criação do Mercado Comum do Sul por meio do tratado de Assunção em 1991. Embora possua a palavra sul na sua sigla, o Mercosul era um tabuleiro brasileiro mais voltado ao Cone Sul do que a América do Sul; fato, inclusive, que levava a confusão do significado da sigla, por parte da mídia e de alguns analistas (AMORIM, 2006).

No âmbito regional, por sua vez, a força do conceito de América Latina se ligava muito as iniciativas existentes de integração. Assim, na década de 1980, a transformação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) explica parte considerável das menções da diplomacia brasileira. Essa força conceitual chega a tal ponto de, em 1988, a nova constituição ao estabelecer os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, inserir, dentre eles, a integração na América Latina como sendo tabuleiro prioritário a ponto de se objetivar formar uma comunidade latino-americana de nações (MIRANDA, 2014).

A partir de 1990, a pressão da presença estadunidense na região começou a se fazer sentir. Nesse ano, George Bush anunciou o interesse em se conformar uma espécie de zona de livre comércio com a abrangência de todo o continente americano, por meio da Iniciativa das Américas. Essa proposta foi

sendo negociada através das Cúpulas das Américas e, a partir de 1994, o esboço de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi se delineando. Aqui, parte da literatura entende que foi quando o conceito de América Latina passou a ser visto com maior cautela pelos diplomatas brasileiros (COUTO, 2006; GALVÃO, 2009; SPEKTOR, 2010; RAMOS, 2012). Para esses autores, durante as negociações da ALCA, o aparato diplomático brasileiro percebeu o quanto a posição de alguns países, em especial o México e a América Central, destoava em relação à posição brasileira. Desse modo, enquanto o Brasil via com maior pragmatismo e cautela uma proposta de se institucionalizar um tabuleiro que pudesse, de certo modo, aprofundar as assimetrias e dependências regionais; outros países advogavam a necessidade de se aproximar da superpotência. Nesse sentido, o Brasil passou a evitar, em determinadas circunstâncias, o conceito de América Latina. A partir daí, o conceito de América do Sul passa a ser politicamente interessante aos fins diplomáticos (COUTO, 2007; MIRANDA, 2014).

Um exemplo concreto da importância que o conceito sul-americano passou a ganhar foi à proposta feita por Itamar Franco em 1993 de se criar uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA). Embora não tenha sido posta em prática, a ALCSA significou uma evidência do desconforto diplomático para com o tabuleiro conceitual latino-americano. Isso se torna ainda mais visível ao se considerar que tal proposta foi feita três meses antes da concretização do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) que enrijecia, institucionalmente, a proximidade do México para com os EUA (SPEKTOR, 2010; SANTOS, 2011). Não obstante, entre 1994 e 1999, o conceito de América do Sul volta a ser obscurecido juntamente com a proposta da ALCSA e a dimensão latino-americana voltou a ser reforçada. Assim, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995 a

1998, falou-se mais em América Latina e quando a expressão América do Sul foi mencionada, os objetivos eram meramente geográficos, ambíguos e esparsos (SANTOS, 2014; MIRANDA, 2014). Essa tendência continuou até o ano 2000.

Perante um contexto em que os EUA tentaram se aproximar cada vez mais da região; o México e os países da América Central advogavam cada vez mais em prol de tal aproximação e os efeitos da globalização assimétrica tornaram-se mais impactantes; o Brasil, na figura diplomática de FHC, reuniu, pela primeira vez, todos os presidentes da América do Sul em Brasília para remodelar os laços de cooperação no subcontinente. A partir de então, o conceito de América do Sul desponta como de interesse da diplomacia – presidencial e profissional – brasileira (SANTOS, 2005; SPEKTOR, 2010). Dentre os resultados da primeira reunião de presidentes da América do Sul está a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tal iniciativa busca conformar projetos que facilitassem a ligação da infraestrutura física da região.

Dando continuidade a esse padrão, em 2002 se realizou a segunda reunião de presidentes da América do Sul, no Equador. Dessa feita, a integração física foi pauta da agenda. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) não apenas deu seguimento ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso, mas também colocou a região como prioridade primeira (SANTOS, 2014; MIRANDA, 2014). Assim, em 2003, o Itamaraty criou uma Subsecretaria-Geral da América do Sul (PUNTIGLIANO, 2008). Em 2004, realizou-se a terceira reunião de presidentes da América do Sul e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) que se tratou de um fórum institucional para conversações e diálogos (RAMOS, 2012). Em 2008, a CASA foi transformada em União Sul-Americana de Nações (UNASUL). Assim, a América do Sul passou a ser uma

política de Estado de concreta preocupação da diplomacia, fruto dos esforços de FHC e Lula.

No tocante à América Latina, embora a literatura entenda que entre 2000 e 2010, o conceito tenha perdido status de prioridade primeira (MIRANDA, 2014; SANTOS, 2014); durante o final do segundo mandato de Lula, retomam-se as suas menções. Parte disso está na realização da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC). Ela foi apresentada como inédita por reunir todos os líderes da América Latina sem a presença das potências europeias e dos EUA. Argumento muito semelhante ao utilizado para caracterizar a Cúpula de Brasília do ano 2000. O período de 2010 a 2015 ainda é pouco estudado, no tocante a essa temática. Entretanto, para boa parte dos estudiosos houve continuidade, mas com retração (SANTOS, 2011; SANTOS, 2013; CERVO; LESSA, 2014; CORNETET, 2014; PAUTASSO; ADAM, 2014; SARAIVA, 2014; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

A diplomacia e a academia brasileiras

Por que interconectar essa tendência diplomática com as publicações acadêmicas? É plausível afirmar que existem laços de cooperação e influência entre as áreas? Para responder essas perguntas, é necessário entender, em determinados aspectos, a dinâmica da interação entre a academia e diplomacia no Brasil.

Segundo Paulo Fagundes Vizentini (2005), um dos aspectos importantes ao se analisar a questão do pensamento acerca do internacional no contexto brasileiro é entender que, durante muito tempo, apenas o Itamaraty, as Forças Armadas, o Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e da PUC do Rio de Janeiro, além de alguns especialistas e pesquisadores individuais eram os únicos locais que desenvolviam sérias preocupações com o tema da inserção internacional do Brasil.

Nesse âmbito, a transição para uma fase acadêmica é recente e, naturalmente, influenciada por esses vetores. Assim, “o pensamento sobre Relações Internacionais no país tem suas origens nesse campo diplomático, expandindo-se lentamente para o setor acadêmico” (VIZENTINI, 2005, p.21). Ademais, o autor entende que “um problema grave no ensino e, especialmente, na pesquisa em relações internacionais é a tendência acadêmica de acompanhar a agenda dos sucessivos governos, reproduzir o discurso midiático” (VIZENTINI, 2005, p.29).

Consequentemente, é razoável afirmar que uma das possíveis explicações para caso os resultados encontrados nesse artigo seja que, de fato, o conceito de América do Sul ganhou uma significativa relevância nas vezes em que era mencionado em publicações acadêmicas se deu em razão dessa tendência da área em seguir a conjuntura das ações governamentais em termos de política externa. Assim, como a agenda dos governos se voltou mais para a América do Sul é de se esperar que tal conceito seja mais debatido e mencionado. Há, entretanto, outra explicação para caso esses sejam os resultados que se liga mais a validação do discurso diplomático do que a atenção dada a determinada conjuntura por parte dos pesquisadores.

Leticia Pinheiro e Paula Vedoveli (2012) demonstram que existe um grau significativo de porosidade dos escritos dos diplomatas na academia brasileira. Para elas, esse fenômeno precisa ser cautelosamente analisado pelos pesquisadores, uma vez que o lugar social ocupado pelos diplomatas é diferente do lugar ocupado pelos cientistas. Nesse sentido, os diplomatas possuem certas restrições provenientes dos limites impostos pela instituição que defini o lugar social e o papel dos mesmos perante a sociedade (PINHEIRO; VEDOVELI, 2012). Não obstante, se isso acontece, por que, então, a imagem do diplomata ainda é mantida tão próxima ao do intelectual na academia brasileira?

Segundo as autoras, a resposta perpassa pelo movimento histórico de constituição da área brasileira de relações internacionais. Assim, para elas a sobreposição entre o burocrata e o intelectual está associada ao fato dos diplomatas serem primeiro intelectuais que exerciam papéis diplomáticos. Assim, eles consolidaram uma sólida base do pensamento sobre o internacional no Brasil. Entretanto, após a organização burocrática pela qual o Ministério de Relações Exteriores passou, os diplomatas passaram, primeiro, a serem funcionários públicos que, secundariamente, exerciam papel intelectual. Assim, a coesão, o sentimento de identidade e de *ethos* institucionais delimitaram um lugar social para os diplomatas com mais limitações institucionais do que deve ser dito ou não dito do que na fase anterior. Para as autoras, há outras razões pelas quais os diplomatas exercem um grau considerável de presença na academia.

Primeiro, o Itamaraty auxiliou a formação do quadro de professores do pioneiro curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB). Como os pensadores acadêmicos ainda eram numericamente incipientes, os diplomatas exerceram uma importante função na formação do pensamento internacionalista da época. A tradição dos vínculos foi mantida e, de certo modo, os diplomatas permaneceram com algum espaço na academia (PINHEIRO; VEDOVELI, 2012). Segundo, o próprio Instituto Rio Branco (IRBR) estimula que haja publicações de diplomatas ao lado de publicações de acadêmicos. Assim, através da editora da FUNAG várias dessas publicações são densamente propagadas pelo meio acadêmico. Ademais, há vários artigos assinados por diplomatas de carreira que são publicados em periódicos nacionais de alto impacto. O que, então, as autoras alertam não é para o cessar da cooperação entre diplomatas e acadêmicos, mas para que haja, por parte dos pesquisadores acadêmicos, cuidado ao se ler textos de

diplomatas. Eles carregam um lugar social próprio, com interesses políticos próprios e com limites institucionais do que pode ou não ser dito (PINHEIRO; VEDOVÉLI, 2012).

Por conseguinte, seria razoável afirmar que outra explicação possível para caso os resultados encontrados nesse artigo seja que, de fato, o conceito de América do Sul ganhou uma significativa relevância nas vezes em que era mencionado em publicações acadêmicas se deu em razão da porosidade que os diplomatas têm na academia brasileira. Ora, uma vez que a diplomacia passou a ter um maior interesse em falar em termos de América do Sul do que em termos de América Latina (COUTO, 2006; 2007; GALVÃO, 2009; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014); é provável que, em seus textos publicados em periódicos nacionais, o primeiro conceito seja mais utilizado do que o segundo. Infelizmente, nessa pesquisa a variável que informa o perfil do autor – se diplomata, ou se acadêmico – não foi controlada, portanto, não há como afirmar, com segurança, se ela exerce algum impacto nos resultados ou não.

Enfim, sendo válida essa segunda explicação, por que os diplomatas estariam interessados em validar na academia o conceito de América do Sul? A resposta, aparentemente, está na questão da democracia e da abertura do Itamaraty em detrimento de seu insulamento burocrático. Nesse sentido, um trabalho pioneiro foi o de Gelson Fonseca Júnior que, em 1981, teorizou sobre a necessidade do diálogo entre a diplomacia e a academia para diminuir o desconhecimento mútuo. Além disso, perante um contexto de abertura gradual do autoritarismo para a democracia, o autor entende que para construir um interesse nacional democrático torna-se necessário levar as opções escolhidas pelos diplomatas para o debate acadêmico, mas assegurando as particularidades de cada um dos campos (FONSECA JÚNIOR, 2011).

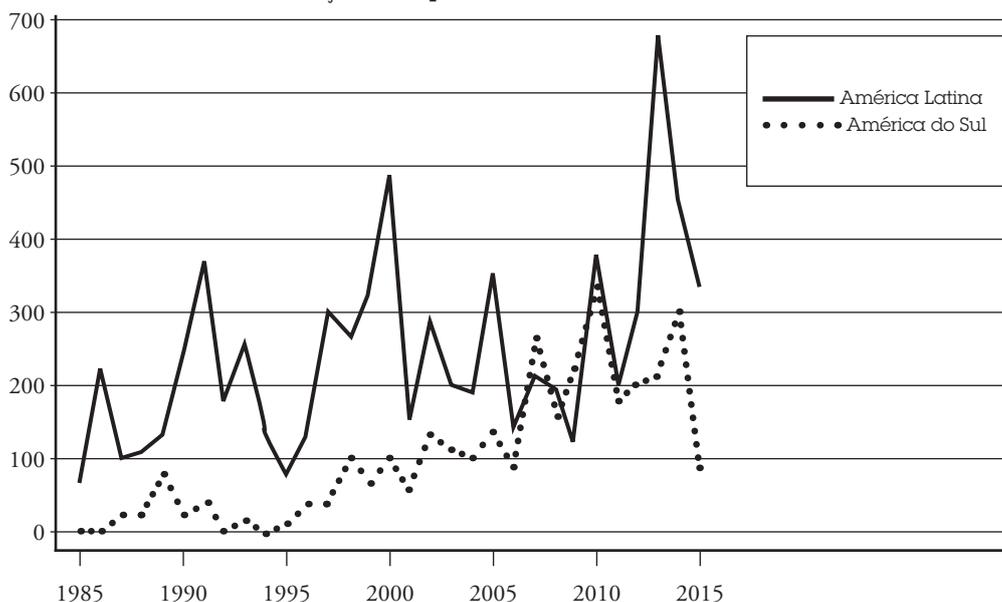
Por fim, cada uma dessas explicações precisa ser estudada de forma aprofundada através de desenhos de pesquisas que tentem captar de que modo à diplomacia e a academia se relacionam e como isso causam impactos em ambos os campos. Para os fins desse artigo, cabe reforçar que existiu um interesse maior da diplomacia brasileira em utilizar o conceito de América do Sul de forma mais repetitiva e sistemática. Perante isso, é possível que, por causa de algumas tendências da academia no Brasil, esse interesse tenha, de certo modo, impactado também nas menções dos conceitos nos estudos acadêmicos. Assim, a próxima seção mostra e discute os resultados encontrados.

Resultados e discussões

A partir dessa seção, os resultados da análise de dados são mostrados. Primeiramente, após ter feito a busca pelas expressões contidas no dicionário da Análise de Conteúdo, adquiriu-se, como resultado, duas distribuições de séries temporais: uma com a frequência de vezes em que os termos relacionados à América Latina foram mencionados e outra com a frequência de vezes em que os termos relacionados à América do Sul foram mencionados. Desse modo, optou-se por construir um gráfico de linhas mostrando, no tempo, a média dessas menções. Essa opção levou como critério a necessidade de facilitar, visualmente, a percepção dos dados. Segue, então, o gráfico 2.

A primeira intuição que se tem ao se olhar para o gráfico é que, via de regra, o conceito de América Latina é, em média, mais utilizado do que o conceito de América do Sul. Essa percepção se corrobora uma vez que se tem conhecimento dos valores descritivos gerais. Assim, enquanto a média de menções à América Latina é 250, aproximadamente (com um desvio padrão aproximado de 135); a média de menções à América do Sul é

Gráfico 2. Evolução temporal da média de uso dos conceitos



Fonte: Elaborado pelo autor.

103, aproximadamente (com desvio padrão aproximado de 94). Ou seja, em geral, o conceito de América Latina não apenas prevalece significativamente, mas também possui uma dispersão menor em relação à média. Essa percepção se mantém ao olhar para a mediana, a da América Latina é 217, enquanto que a da América do Sul é 89. Por fim, é necessário salientar os valores mínimos e máximos do uso conceitual. Para a América Latina, o valor mínimo é 70 e o máximo 684; para a América do Sul é 1 e 342, respectivamente.

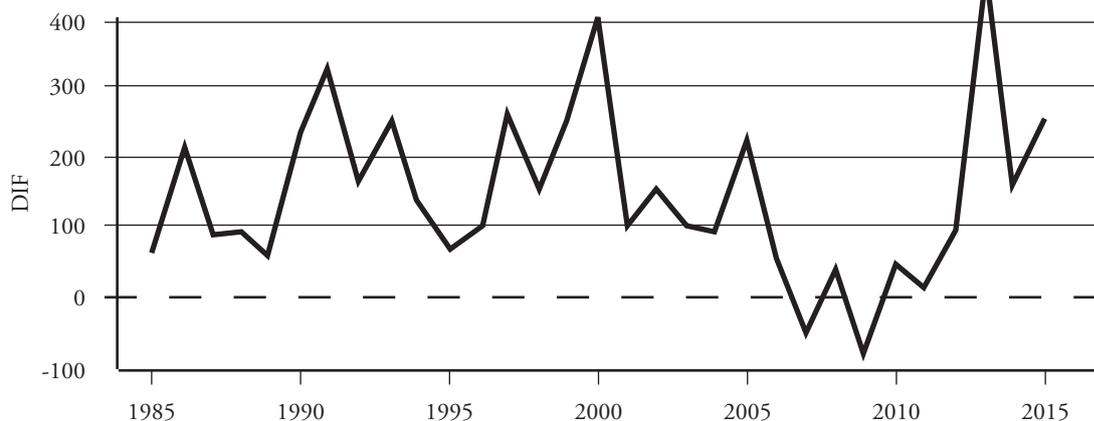
Uma segunda intuição que se tem ao olhar o comportamento do gráfico é a de que é perceptível que, salvo exceções, enquanto o conceito de América Latina possui uma estabilidade maior na trajetória de sua linha; o conceito de América do Sul sofre significativos aumentos. Isso sugere um ganho gradual de importância, ao menos quantitativa, no uso do conceito. Ao que parece, o conceito de América Latina está consolidado na academia e, por isso, é mais estável e o de América do Sul vem ganhando espaço na disciplina. Logicamente, essa explicação precisa ser mais bem estudada e pesquisada de formas e metodologias diferentes, incluindo, aqui, rigorosas técnicas qualitativas.

Com o intuito de aprimorar essas intuições, o gráfico 3 apresenta a diferença entre os usos em termos de América Latina subtraídos em termos de América do Sul.

O que o gráfico 3 mostra é o resultado da diferença da média entre os usos conceituais. Nesse sentido, um valor zero significa que não existe diferença entre a média de vezes em que se falou em América Latina e em América do Sul naquele ano. Um valor positivo significa que o conceito de América Latina foi mais utilizado do que o de América do Sul. E, por fim, um valor negativo implica dizer que a média de utilização do conceito de América Latina foi menor do que a do conceito de América do Sul. Nesses moldes, percebe-se que apenas em 2007 e 2009, o conceito de América do Sul foi mais utilizado do que o de América Latina. A intuição de que o espaço conceitual dado a América Latina é bem maior do que o dado a América do Sul se corrobora.

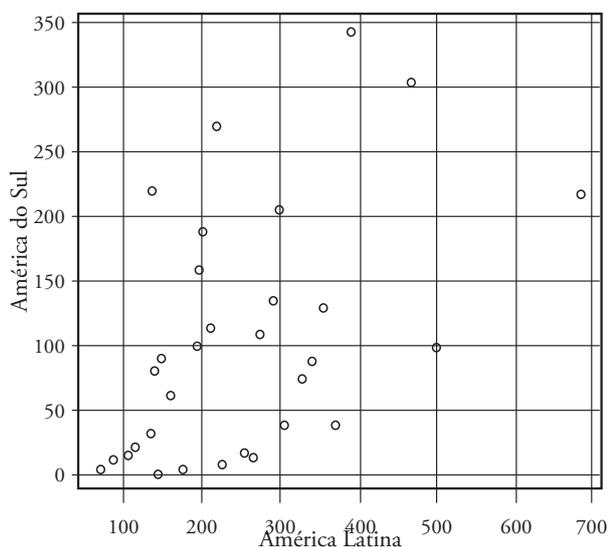
Isso pode ser comprovado, em termos matemáticos, através do Teste T de *Student*. Como, nesse caso, as distribuições são pouco distantes da normal e o número de observações é de 31 (o que garante o teorema do limite central), o valor do teste é confiável. Assim, ao se comparar se há ou

Gráfico 3. Diferença na média entre América Latina e América do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Correlação entre conceitos



Fonte: Elaborado pelo autor.

não diferenças na média da utilização de ambos os conceitos, percebe-se que a diferença média é, aproximadamente, 147,3 (o valor de t é de -6,7 e o p -valor de 0,00). Antes de entrar, especificamente, na questão da comparação dos períodos, cabe se perguntar: é plausível dizer que há uma associação entre os valores do uso dos conceitos. Visualmente, o gráfico 4 auxilia na resposta:

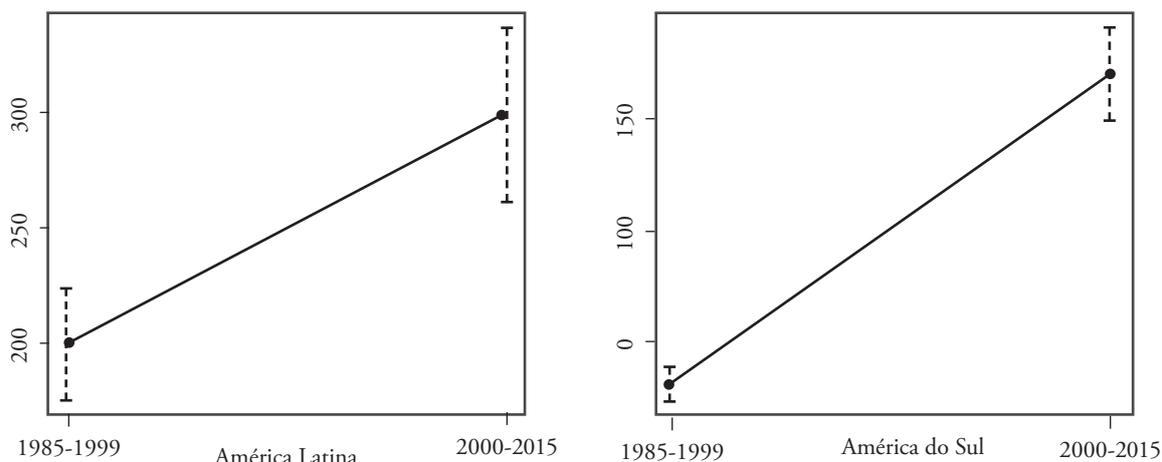
Existe uma relação positiva entre os conceitos. Uma correlação positiva é aquela que o aumento do valor de uma variável está associado ao aumento do valor da outra variável. Uma relação negativa é quando o aumento do valor de uma va-

riável se associa a diminuição da outra variável. Em termos práticos, a correlação auxilia a testar se o conceito de América do Sul se associa positiva ou negativamente com o aumento do uso de América Latina. Para aqueles que acham que um conceito substituiu o outro, a correlação esperada é negativa.

Cabe dizer, também, que correlação é um grau de associação e não de causalção. Há, inclusive, o risco de a correlação ser espúria, ou seja, ser em razão do acaso ou de fatores não previstos. Enfim, matematicamente, a correlação é, aproximadamente, de 0,48 (r de Pearson, caso fosse o ρ de Spearman, versão não paramétrica, seria o mesmo valor) e significativo a 0,00 (para o r e para o ρ). Ou seja, existe uma correlação moderada entre os valores e a tendência é a de que o aumento na menção de um conceito esteja associado com o aumento na menção do outro. E quanto a comparação dos períodos? É plausível afirmar que entre 2000 e 2015 o conceito de América do Sul foi mais utilizado do que entre 1985 e 1999? O gráfico 5 mostra a diferença média entre os períodos.

Claramente, a América Latina foi o conceito mais utilizado em ambos os períodos. No caso da América do Sul, o período entre 2000 e 2015 contém uma quantidade média maior de menções do que ao se comparar com o período de 1985 e 1999.

Gráfico 5. Média entre períodos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Desse modo, a América do Sul é falada entre 1985 e 1999, em média e aproximadamente, 31 vezes. Já no período entre 2000 e 2015, a média de menções é, aproximadamente 170. Os desvios padrões são 32 e 83,4, respectivamente. Há, claramente, um ganho de relevância importante em relação ao conceito. No entanto, não se pode exacerbar esse ganho de importância. Isso porque, se comparamos o que aconteceu com a América Latina, também verifica-se o ganho de mais menções no período entre 2000 e 2015. Assim, o conceito de América Latina é falado, aproximadamente e em média, 198 vezes, entre 1985 e 1999 e 298 vezes, entre 2000 e 2015. Os desvios padrões são 95 e 151, respectiva e aproximadamente. Percebe-se, então, que houve, de fato, um crescimento conjunto no uso de ambos os conceitos. Nesse sentido, a América Latina continua bem mais a frente do que o espaço que é dado para as referências à América do Sul.

Com todos esses resultados em mãos, percebe-se que mesmo em anos que a diplomacia brasileira teria articulado mais o conceito de América do Sul, os valores na academia não são tão impactantes. Assim, por exemplo, no ano 2000 e 2001, a América do Sul – que recebeu atenção dos diplomatas – continuou sendo menos falada do que a América Latina. No entanto, se comparamos o período anterior

a esse ano, percebe-se que houve um ganho maior de menções ao conceito.

Dessa forma, os resultados apontam para algumas considerações. A primeira é a de que, de fato, parece plausível afirmar que o conceito de América do Sul tem ganhado um maior espaço nos artigos acadêmicos. Ainda assim, esse espaço evoluiu lenta e gradualmente. Assim, ao que aparenta, os acadêmicos têm incorporado a dimensão sul-americana em suas análises, mas de forma gradual. Não parece, portanto, plausível afirmar que existiu um processo automático e abrupto de incorporação do conceito de América do Sul nos textos acadêmicos. Tanto é que, nos anos pesquisados, é o conceito de América Latina que foi mencionado, de forma sistemática.

Ou seja, ainda que os diplomatas tenham falado demasiadamente em termos de América do Sul, a academia continuou atenta a dimensão latino-americana e proveu algum espaço para citar, também, a América do Sul que até 1999 era inexpressiva e pouco mencionada nos artigos acadêmicos publicados em duas das revistas de alto impacto na área brasileira de relações internacionais. Portanto, esses resultados mostram como o fenômeno se comportou, resta, então, tentar entender, a partir de pesquisas futuras, quais das explicações mencio-

nadas na segunda seção explicam melhor os motivos por trás desse comportamento.

Considerações finais

Em resumo, esse artigo buscou fornecer dados empíricos que pudessem ser trabalhados por futuras pesquisas. A indagação inicial era em saber se o interesse da diplomacia brasileira em relação ao conceito de América do Sul exerceu algum tipo de influência nas vezes em que os estudiosos mencionaram tal conceito. Assim, a questão era saber se seria plausível afirmar que o conceito sul-americano ganhou um espaço e um crescimento desproporcional ao se comparar o período anterior e posterior ao ano 2000.

Nesse interim, o que os resultados indicam é que, de fato, o conceito de América do Sul foi significativamente mais utilizado no período pós anos 2000 do que antes. Não obstante, não é possível afirmar que esse crescimento tenha sido significativo. Primeiro, se a média de menções à América do Sul cresceu, é preciso considerar que a média de menções à América Latina também cresceu. E, nesse quesito, cresceu mais do que a América do Sul. Tanto é que a tendência é de não haver resultados negativos ao se diminuir os valores das médias (ver gráfico 3). A América Latina, no período estudado, tem sido, em média, o conceito mais utilizado pelos estudiosos ao escreverem seus textos. Há, também, uma correlação positiva entre ambos os conceitos. Assim, a utilização de um tende a aumentar a utilização do outro, e não a diminuir.

Além disso, é preciso entender que essa análise tem uma série de limites. O primeiro é que ele não diz nada sobre causalidade. Assim, não se pode dizer que exista uma relação de causa e efeito entre o que diz a diplomacia e o que os acadêmicos optaram por escrever. O segundo limite se relaciona ao fato de não ter sido controlado o emissor do discurso.

Assim, não se sabe quem falou mais do que conceito. Outro limite se relaciona ao método quantitativo. É preciso, também, desenvolver pesquisas qualitativas sobre a temática. Do mesmo modo que existem limites, existem contribuições nesse artigo. A principal é a necessidade de atribuir rigor metodológico – quer qualitativo, quer quantitativo – e evidências empíricas para tratar de construir inferências sobre o tema.

Referências

- AMORIM, Celso. **Ministro das Relações Exteriores**: discursos: discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura oficial da Cúpula Social do Mercosul. Brasília, 13 de dezembro de 2006. Brasília: Itamaraty, 2006. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7914-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-cerimonia-de-abertura-oficial-da-cupula-social-do-mercosul-brasilia-13-12-2006>>. Acesso em: 23 maio 2016.
- BECKER, João Luiz. **Estatística básica**: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. The fall: the international insertion of Brazil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.
- CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.
- COUTO, Leandro Freitas. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005)**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- COUTO, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 159-176, 2007.
- DANCEY, Christine P; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. **Diplomacia e academia**: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. 2011. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://>

- funag.gov.br/loja/download/999-Diplomacia_e_Academia.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.
- GALVÃO, Thiago Gehre. South america: construction through reinvention (2000-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 63-80, 2009.
- KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: SAGE, 2004.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LASSWELL, Harold D. **Why be quantitative? Language of politics: studies in quantitative semantics**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1949. p. 40-52.
- MIRANDA, Samir Perrone de. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. Londres: SAGE, 2002.
- OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; SILVEIRA, Isadora Loreto. De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na política externa brasileira para América do Sul? **Revista de Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p. 134-159, 2015.
- PAUTASSO, Diego; ADAM, Gabriel Pessin. A política da política externa brasileira: novamente entre autonomia e alinhamento na eleição de 2014. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 25, p. 20-43, 2014.
- PINHEIRO, Leticia; VEDOVÉLI, Paula. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira. **Revista Política Hoje**, v. 21, n. 1, 2012.
- PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. Going global: an organizational study of brazilian foreign policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 28-52, 2008.
- RAMOS, Felipe Silva. **¿Sur o No Sur?: Uma genealogia da política externa brasileira para a construção da América do Sul**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 185-204, 2005.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.
- SANTOS, Sergio Caballero. Brasil y la región: una potencia emergente y la integración regional sudamericana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 158-172, 2011.
- SANTOS, Marcelo. A presença brasileira na américa do sul: ações e instrumentos de política externa. **Análisis Político**, v. 26, n. 77, p. 195-210, 2013.
- SPEKTOR, Matias. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, 2010.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, n. 44, p. 25-35, 2014.
- VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, v. 54, n. 2, p. 70-96, 2011.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz. O crescimento das Relações Internacionais. Brasília: IBRI, 2005. p. 17.